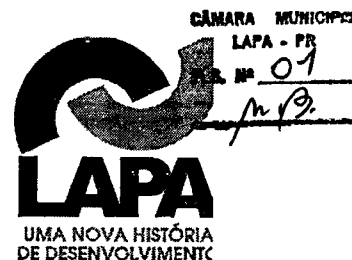




MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



Ofício nº 571

Lapa, 11 de Outubro de 2005

Senhor Presidente:

DAR CÂMARA MUNICIPAL

13.10.05
[Signature]
João Renato Leal Afonso
Presidente

Encaminho, para apreciação, Projeto de Lei nº 48/05, que dá nova redação aos artigos 3º e 5º da Lei nº 1378, de 24.10.97, que Cria o Conselho Municipal de Educação e dá outras providências.

Sem outro motivo, subscrevo-me,

Cordialmente

[Signature]
Miguel Batista
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
JOÃO RENATO LEAL AFONSO
DD. Presidente da Câmara Municipal
Nesta

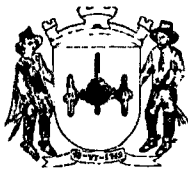
CÂMARA MUNICIPAL

LAPA - PR.

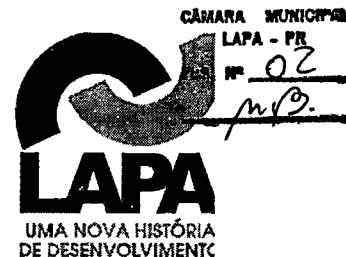
PROTOCOLO Nº 1182/05

DATA 13.10.05

16100 *[Signature]*



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



PROJETO DE LEI Nº 48, DE 11 DE OUTUBRO DE 2005.

Súmula: Dá nova redação aos artigos 3º e 5º da Lei nº 1378, de 24.10.97, que Cria o Conselho Municipal de Educação e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, apresenta à consideração da Câmara Municipal, o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º. – Dá nova redação ao artigo 3º da Lei nº 1378, de 24 de Outubro de 1997, o qual passa a vigor conforme abaixo descrito:

“Art. 3º - Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, responsável pela Política Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação, do Município de Lapa, Órgão Normativo e de Deliberação Coletiva, que tem por objetivo a orientação educacional do Município.” (N.R.)

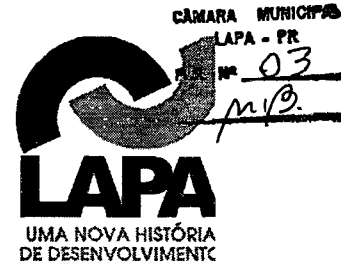
Art. 2º - Dá nova redação ao artigo 5º da Lei nº 1378, de 24 de Outubro de 1997, acrescenta-lhe parágrafos, o qual passa a vigor conforme abaixo descrito:

“Art. 5º - O Conselho Municipal de Educação será composto por 11 (onze) membros, indicados pelo Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e nomeados pelo Prefeito Municipal no prazo de 30 (trinta) dias, obedecendo a disposição como segue: (N.R.)

- a) 05 (cinco) membros do Poder Público Municipal, escolhidos segundo as normas do Regimento Interno; (N.R.)*
- b) 01 (um) representante do Ensino Superior; (N.R.)*
- c) 01 (um) representante das Associações de Pais e Mestres – APM's; (N.R.)*
- d) 01 (um) representante de funcionários das escolas; (N.R.)*
- e) 01 (um) representante das empresas lapeanas que desenvolvam parceria com o Município na área da educação; (N.R.)*
- f) 01 (um) representante do II Segmento do Ensino Fundamental, e (N.R.)*
- g) 01 (um) representante do Ensino Médio.” (N.R.)*



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



PROJETO DE LEI Nº 48, DE 11.10.05

.. 02

§1º - O Presidente deste Conselho será eleito pelos Conselheiros por voto direto.

§2º - Os membros do Conselho serão escolhidos quando da realização da Conferência Municipal e terão mandato de dois anos.

Art. 3º - Permanecem em vigor os demais dispositivos da Lei nº 1378, de 24.10.97, não alterados por esta Lei.

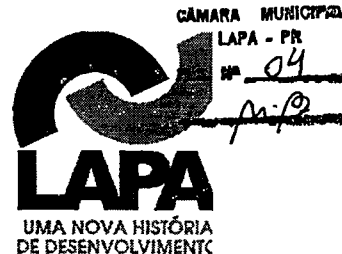
Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as Leis nºs. 1547, de 20.06.01 e 1734, de 19.09.03

Edifício da Prefeitura Municipal de Lapa, em 11 de Outubro de 2005.


Miguel Batista
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DA LAPA ESTADO DO PARANÁ



JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 48, DE 11.10.2005.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

O Projeto de Lei que ora submeto à consideração dessa Casa de Leis, visa adequar o Conselho Municipal de Educação à nova estrutura administrativa do Município.

Em decorrência da aprovação da Lei nº 1841, de 26 de Janeiro de 2005; que alterou a Lei nº 1521, de 22.02.2001, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Prefeitura da Lapa e dá outras providências; que introduziu novas alterações, imperativo de mostrou a apresentação deste Projeto de Lei a essa Colenda Casa no sentido de compatibilizá-lo com a atual estrutura administrativa.

Sabedor da sensibilidade que norteia as decisões dos integrantes dessa Casa de Leis, principalmente na contribuição para solucionar problemas sociais dessa magnitude, espero aprovação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Lapa, em 11 de Outubro de 2005.


Miguel Batista
Prefeito Municipal

LEI Nº 1378, DE 24 DE OUTUBRO DE 1997

SÚMULA: Cria o Conselho Municipal de Educação e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Lapa, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º - A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida, com a colaboração da Sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania.

Art. 2º - Para a consecução dos fins propostos da Educação e em atenção às Leis Federais: Constituição Federal, Emenda Constitucional nº 14/96, Lei nº 9424/96, Lei nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), Constituição Estadual, Deliberação 09/95 do Conselho Estadual de Educação e Lei Orgânica do Município de Lapa, fica criado o Conselho Municipal de Educação.

Art. 3º - Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, responsável pela Política Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação, do Município de Lapa, Órgão Normativo e de Deliberação Coletiva, que tem por objetivo a orientação educacional do Município.

Art. 4º - Ao Conselho Municipal de Educação compete:

- I. Elaborar seu Regimento e modificá-lo, quando necessário;
- II. Baixar normas, emitir pareceres e deliberações sobre toda matéria que as Leis, Normas e Atos Federais, Estaduais e Municipais, lhe dêem, explícita ou implicitamente, competência;
- III. Promover e divulgar estudos e pesquisas sobre o Sistema Municipal de Ensino;

- IV. Propor medidas que visem a expansão e o aperfeiçoamento do Ensino, mormente quanto à produtividade e ao rendimento, em relação aos custos;
- V. Deliberar e emitir pareceres sobre matéria que lhe seja submetida pelo chefe do Poder Executivo e pelo Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte;
- VI. Acompanhar e avaliar a qualidade do Ensino no âmbito do Município, propondo medidas que visem a sua expansão e aperfeiçoamento;
- VII. Participar da elaboração e acompanhar a execução do Plano Municipal de Educação;
- VIII. Acompanhar, analisar e avaliar a situação dos integrantes do Magistério Municipal, oferecendo subsídios para políticas, visando a melhoria das condições de trabalho, formação e aperfeiçoamento de recursos humanos;
- IX. Analisar e, quando for o caso, propor alternativa para a destinação e aplicação de recursos relacionados ao espaço físico, equipamentos, material didático, e quanto mais se refira ao desempenho do orçamento municipal para o Ensino e Educação;
- X. Analisar projetos ou planos para contra partida do Município, em convênios com a União, Estado, Universidades ou outros órgãos de interesse da Educação;
- XI. Emitir parecer sobre pedido de autorização de funcionamento de Estabelecimento de Educação Infantil e de Ensino Fundamental, no âmbito do Município, observadas as normas estabelecidas pelo Conselho Estadual de Educação;
- XII. Manifestar-se sobre a criação e expansão, no âmbito do Município, de cursos de qualquer nível, grau ou modalidade de Ensino;
- XIII. Opinar e acompanhar o processo de cessação, a pedido, de atividades escolares, de Estabelecimentos ligados à Rede Municipal;
- XIV. Opinar sobre o Calendário Escolar dos Estabelecimentos da Rede Municipal, antes de seu encaminhamento para aprovação do órgão competente;
- XV. Sugerir normas especiais para que o Ensino Fundamental atenda às características regionais e

sociais locais, tendo em vista o aperfeiçoamento educativo, respeitando o caráter Nacional da Educação;

- XVI. Pronunciar-se sobre a regularidade de funcionamento dos Estabelecimentos de Ensino de qualquer nível, grau ou modalidade, no âmbito do Município;
- XVII. Acolher denúncia de irregularidade no âmbito da Educação, no Município, constituindo Comissão Especial para apuração dos fatos e encaminhamento das conclusões, quando for o caso, às instâncias competentes;
- XVIII. Manter intercâmbio com o Conselho Estadual de Educação e demais colegiados municipais;
- XIX. Exercer as funções que lhe são atribuídas pela Lei do Sistema Municipal de Ensino e por esta Lei.

Art. 5º - O Conselho Municipal de Educação será composto por 10 (dez) membros nomeados pelo chefe do Poder Executivo, obedecendo paridade, como segue:

- a) 05 (cinco) membros do Poder Público Municipal, indicados pelo Prefeito, dentre os quais um será o Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte, que exercerá a Presidência do Conselho Municipal de Educação;
- b) 01(um) representante "PAI", da APM - Associação de Pais e Mestres;
- c) 01(um) representante "PROFESSOR", da APM - Associação de Pais e Mestres;
- d) 01(um) representante dos Diretores de Escolas Municipais;
- e) 01(um) representante das Pedagogas;
- f) 01(um) representante dos Centros Municipais de Educação Infantil.

Art. 6º - Cada Conselheiro deverá ter um suplente que o substituirá em sua ausência.

Art. 7º - O mandato dos Conselheiros será de 04(quatro) anos, permitida a recondução por uma vez.

Art. 8º - Além do Presidente, o Conselho terá 01(um) Vice-Presidente e 01(um) Secretário Geral que serão eleitos pelos e dentre os Membros Titulares do Conselho Municipal de Educação, por maioria simples de votos, para um mandato de 02 (dois) anos com direito a reeleição.

Art. 9º - O Conselho Municipal de Educação reunir-se-á, ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário.

Art. 10 - Compete ao Presidente do Conselho Municipal de Educação a convocação de reunião extraordinária.

Art. 11 - As decisões do Conselho Municipal de Educação serão tomadas por maioria simples dos membros presentes à reunião, sendo que o Presidente exercerá, sempre, o direito de voto, que terá peso 02 (dois), em caso de empate.

Art. 12 - Os trabalhos de cada reunião serão registrados em Ata, lavrada em livro próprio, subscrita pelos membros e demais interessados presentes.

Art. 13 - A primeira nomeação dos membros do Conselho Municipal de Educação dar-se-á, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação da presente Lei.

Art. 14 - O Conselho Municipal de Educação elaborará seu Regimento Interno no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da nomeação efetiva de seus membros.

Art. 15 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



ENCAMINHAMENTO:

EM ATENÇÃO AOS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS DESTA CASA
DE LEIS, ENCAMINHO A MATÉRIA

ANTEPROJETO DE LEI Nº 48/2005

AUTOR: EXECUTIVO MUNICIPAL

SUMULA: DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 3º E 5º DA LEI Nº 1378, DE
24.10.97, QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

APRESENTADO EM EXPEDIENTE DO DIA EM 18 DE OUTUBRO DE 2005,
PARA ANALISE E POSTERIOR PARECER DA
**COMISSÃO DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,
BEM ESTAR SOCIAL E ECOLOGIA**, EM ATENÇÃO AO QUE
DETERMINA O REGIMENTO INTERNO, ARTIGO 43.

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, EM 14 DE OUTUBRO DE 2005

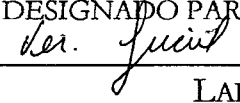


JOÃO RENATO LEAL AFONSO
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

RECBI O PROJETO EM 18 / 10 / 2005.


ANTONIO LUIZ CARLOS CAVALINI
PRESIDENTE DA COM. DE SAÚDE, EDUC., CULT., ESP., BEM ESTAR SOCIAL E ECOL.

DESIGNAÇÃO DO RELATOR

FICA DESIGNADO PARA RELATAR SOBRE A MATÉRIA O VEREADOR

 
LAPA, EM 18 / 10 / 2005.


ANTONIO LUIZ CARLOS CAVALINI
PRESIDENTE DA COM. DE SAÚDE, EDUC., CULT., ESP., BEM ESTAR SOCIAL E ECOL.

ENCAMINHAMENTO:

EM ATENÇÃO AOS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS DESTA CASA DE LEIS, ENCAMINHO A MATÉRIA.

ANTÉ PROJETO DE LEI Nº 48/2005

AUTOR: EXECUTIVO MUNICIPAL

SÚMULA: DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 3º E 5º DA LEI Nº. 1378, DE 24.10.97, QUE CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

APRESENTADO EM EXPEDIENTE DO DIA EM 18 DE OUTUBRO DE 2005,
PARA ANALISE E POSTERIOR PARECER DA
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO,
EM ATENÇÃO AO QUE DETERMINA O REGIMENTO INTERNO, ARTIGO 43.

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, EM 14 DE OUTUBRO DE 2005


JOÃO RENATO LEAL AFONSO
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

RECEBI O PROJETO EM 18 de Outubro /2005.


LEANDRO P. BORGES DA SILVEIRA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E
REDAÇÃO

DESIGNAÇÃO DO RELATOR

FICA DESIGNADO PARA RELATAR SOBRE A MATÉRIA O VEREADOR

JVCiel V. J. DOS SANTOS
LAPA, EM 18 / 10 /2005.


LEANDRO P. BORGES DA SILVEIRA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

LAPA - PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL
LAPA - PR
FLS. Nº 17
m. 13.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO JUSTIÇA E REDAÇÃO
ANTEPROJETO DE LEI Nº 48/2005

AUTOR: Executivo Municipal

Súmula: Dá nova Redação aos Artigos 3º e 5º da Lei Nº. 1378, de 24.10.97, que Cria o Conselho Municipal de Educação e dá outras Providências.

Parecer

O Projeto apresentado não apresenta nenhuma irregularidade quanto a sua legalidade, a demais cumpre com a técnica legislativa.

Desta forma, somos pela aprovação da presente proposta, submetendo-a ao douto Plenário para decisão final.

Lapa, 20 de Outubro de 2005

Juciel Z. J. dos Santos
JUCIEL VILMAR JUNGLES DOS SANTOS
Relator

VOTO:

Ver. Marco Antonio Bortoleto

VOTO:

Ver. LEANDRO PIERIN BORGES DA SILVEIRA



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

LAPA - PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL
LAPA - PR
PLS. Nº 12
[Signature]

**COMISSÃO DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA,
ESPORTE, BEM ESTAR SOCIAL E ECOLOGIA**
ANTEPROJETO DE LEI Nº 48/2005

Autor: Executivo Municipal

**Súmula: Dá nova Redação aos Artigos 3º e 5º da Lei Nº 1378, de 24.10.97, que
Cria o Conselho Municipal de Educação e dá outras Providências.**

Parecer

O Projeto apresentado tem como principal objetivo a alteração da composição dos membros do Conselho Municipal de Educação, Conselho esse que tem muita importância no planejamento e organização na política educacional do nosso município, diante disso sou favorável ao projeto e coloco para a decisão final do Plenário.

Lapa, 26 de Outubro de 2005

Juciel Vilmar Jungles dos Santos
JUCIEL VILMAR JUNGLES DOS SANTOS
Relator

VOTO:

Ver. ANTONIO LUIZ CARLOS CAVALINI

VOTO:

[Signature]

Ver. LEANDRO PIERIN BORGES DA SILVEIRA

DR. FÁBIO P. H. KALÉD
Assessor Especial Jurídico
OAB-PR Nº 18.708

CÂMARA MUNICIPAL DA LAPA

ASSESSORIA JURÍDICA

Parecer nº 71/2005

Súmula: Dá nova redação aos artigos 3º e 5º da Lei nº 1378, de 24.10.97, que Cria o Conselho Municipal de Educação e dá outras providências.

Após analisarmos a proposição apresentada, constatamos que foi procedida alteração meramente funcional de caráter administrativo, qual seja, a modificação da nomenclatura da Secretaria Municipal de Educação, bem como a alteração do número de membros do Conselho Municipal de Educação.

Tendo em vista a aprovação da Lei nº 1841 de 26 de janeiro de 2005, que alterou a Lei nº 1521, de 22.02.2001, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Prefeitura da Lapa, necessário se faz a sua adequação à atual estrutura administrativa, englobando-se aqui, também, o Conselho Municipal de Educação.

DR. FABIANO P. H. KALED
Assessor Especial Jurídico
OAB-PR Nº 18.708

Esta alteração não implica em questão de ordem legal, e sim de oportunidade e conveniência, que deverá ser apreciada pelo Plenário deste Poder Legislativo Municipal, quanto ao seu mérito.

É o parecer.

Lapa, Pr., 07 de novembro de 2005


Fabiano P. H. Kaled
Assessor Especial

PROJETO DE LEI Nº 69/2005

Autor: Executivo Municipal

Súmula: Dá nova redação aos artigos 3º e 5º da Lei nº 1378, de 24.10.97, que Cria o Conselho Municipal de Educação e dá outras providências.

O Poder Legislativo Municipal da Lapa, Estado do Paraná, **APROVA:**

Art. 1º - Dá nova redação ao artigo 3º da Lei nº 1378, de 24 de Outubro de 1997, o qual passa a vigor conforme abaixo descrito:

"Art. 3º - Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, responsável pela Política Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação, do Município de Lapa, Órgão Normativo e de Deliberação Coletiva, que tem por objetivo a orientação educacional do Município". (N.R.)

Art. 2º - Dá nova redação ao artigo 5º da Lei nº 1378, de 24 de Outubro de 1997, acrescenta-lhe parágrafos, o qual passa a vigor conforme abaixo descrito:

"Art. 5º - O Conselho Municipal de Educação será composto por 11 (onze) membros, indicados pelo Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, e nomeados pelo Prefeito Municipal no prazo de 30 (trinta) dias, obedecendo a disposição como segue: (N.R.)

- a) 05 (cinco) membros do Poder Público Municipal, escolhidos segundo as normas do Regimento Interno; (N.R.)*
- b) 01 (um) representante do Ensino Superior; (N.R.)*
- c) 01 (um) representante das Associações de Pais e Mestres - APM's; (N.R.)*
- d) 01 (um) representante de funcionários das escolas; (N.R.)*
- e) 01 (um) representante das empresas lapeanas que desenvolvam parceria com o Município na área da educação; (N.R.)*
- f) 01 (um) representante do II Segmento do Ensino Fundamental, e (N.R.)*
- g) 01 (um) representante do Ensino Médio." (N.R.)*

§ 1º - O Presidente deste Conselho será eleito pelos Conselheiros por voto direto.

Projeto de Lei nº 69/05

Fl. 02

§ 2º - Os membros do Conselho serão escolhidos quando da realização da Conferência Municipal e terão mandato de dois anos.

Art. 3º - Permanecem em vigor os demais dispositivos da Lei nº 1378, de 24.10.97, não alterados por esta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as Leis nºs: 1547, de 20.06.01 e 1734, de 19.09.03.

Poder Legislativo da Lapa, Estado do Paraná, em 10 de Novembro de 2005.


JOÃO ANTONIO DE F. MARTINS
1º Secretário


JOÃO RENATO LEAL AFONSO
Presidente

